

O SENTIDO SOCIAL E POLÍTICO DA REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS EM UBERLÂNDIA (MG)

Elisângela Magela Oliveira
Mestranda do curso de História - UFU
elisangela@mail.com

RESUMO

Esse artigo traz uma análise sobre o caráter social e político da reforma agrária no Brasil, tendo o assentamento Rio das Pedras como objeto de estudo. Expõe o modo como a reforma é apregoada pelas leis e as políticas públicas realizadas pelo Estado em resposta aos movimentos sociais em reivindicação pela terra.

Palavras-chave: Terra, trabalho, relações sociais.

THE SOCIAL AND POLITIC DIRECTION OF THE AGRARIAN REFORM: RIO DAS PEDRAS SETTLEMENT IN UBERLÂNDIA (MG)

ABSTRACT

This article brings an analysis on the social character and politician of the agrarian reform in Brazil, having the nesting River of the Rocks as study object. It displays the way as the reform is proclaimed by the laws and the public politics carried through by the State in reply to the social movements in claim for the land.

Key-words: Land, work, social relations.

INTRODUÇÃO

A questão das ocupações de terras, hoje no Brasil, passou a ter uma grande importância no cenário nacional, tanto pelo fato de denunciar as injustiças historicamente praticadas contra os sujeitos sociais desprovidos de terra, mas também e principalmente, por revelar o movimento dos trabalhadores sem terra como um dos poucos que atualmente tem se mostrado capaz de contestar efetivamente a ordem social, promovendo, a partir daí, o enfrentamento político em defesa dos direitos dos trabalhadores. No entanto, ao retrocedermos na história dos movimentos dos trabalhadores sem terra, no Brasil, vamos observar que a luta pela terra não é um fato novo. Além disso, os próprios enfrentamentos armados são de longa data. No período pré 1964, por exemplo, as lutas no Sudoeste do Paraná e em Trombas e Formoso (Goiás) merecem destaque. Antes disso, nos conflitos ocorridos em Canudos (Bahia) e no Contestado (fronteira entre Santa Catarina e Paraná), os camponeses já haviam enfrentado com armas o próprio Exército¹.

De lá para cá, quase nada mudou, a violência continua sendo uma constante nos conflitos pela terra ocorridos no Brasil. Ainda em 1996, "em Eldorado dos Carajás, dezenove trabalhadores foram assassinados por forças policiais do Estado e mais de cem outros ficaram feridos durante a Marcha por Emprego e Reforma Agrária ocorrida em 17 de abril de 1996"². Em todas estas lutas, percebe-se claramente o caráter violento das autoridades sobre os trabalhadores como a forma normalmente buscada para resolver o problema. Mas, todos esses acontecimentos são parte dos resultados, diretos ou indiretos, de um contexto histórico anterior, marcado por um conjunto de circunstâncias constituídas de interesses políticos, econômicos e sociais, em que se sobressaíram determinados ideais.

Recebido em 29/07/2006
Aprovado para publicação em 15/09/2006

Nesta direção, analisando os últimos 60 anos no Brasil³, constatamos que a indústria foi, aos poucos, dominando as cidades e invadindo o campo, fazendo com que o número de pessoas que estavam morando e trabalhando na lavoura diminuísse, ocasionando uma redução dos postos de trabalho e um conseqüente aumento do número de desempregados nas cidades. A fazenda tradicional, quase auto-suficiente em trabalho, moradia, alimentação, lazer, escola e igreja foi, aos poucos, perdendo seus moradores para as cidades, e com isso, desaparecendo. Por interesse de grande parte dos proprietários rurais e por iniciativa de muitos trabalhadores, estes por falta de uma política governamental de recursos de trabalho para o campo, houve um despovoamento das terras e os trabalhadores que nelas permaneceram ficaram somente pelo interesse na pequena remuneração e não devido a qualquer outro vínculo.

Mas, a conseqüência maior das transformações ocorridas no campo brasileiro possui ainda razões novas referentes aos anseios dos próprios fazendeiros, uma vez que "(...) o sistema agrícola brasileiro já não satisfaz aos objetivos de lucro da maioria dos proprietários, não corresponde às expectativas do país e do conjunto da população e não atende às necessidades mais elementares da massa trabalhadora do campo"⁴, levando os trabalhadores à falta de perspectiva com relação ao trabalho no campo e à procura por melhorias nas cidades. A partir de 1980, as transformações ocorridas na produção, com o processo de automação do trabalho nos países capitalistas industrializados, tiveram repercussões e desdobramentos muito fortes no Brasil. O país passou por um processo profundo de transformações em sua base produtiva, marcado por intensa racionalização e flexibilização no modo de produção do trabalho⁵. Estas transformações, ocorridas especialmente na Região Metropolitana de São Paulo, trouxeram consigo a diminuição do potencial de trabalho disponível no mercado, dando lugar, entre outros fatores, ao trabalho informal e à conseqüente perda de direitos trabalhistas. Neste sentido, "as políticas econômicas adotadas na década de 1990 estavam longe de ser eficientes no amparo ao trabalhador brasileiro. O período foi marcado pela redução dos postos de trabalhos formais, pela desvalorização da renda do trabalhador e pela significativa queda do poder de negociação dos sindicatos"⁶, restando ao trabalhador tentar a sorte na realização de trabalhos autônomos os quais, possuindo seu lado positivo, observado na tentativa de autonomia do empregado em relação ao empregador, também traziam seu lado negativo, uma vez que os trabalhadores informais não mantêm resguardados os seus direitos trabalhistas. Este período de intenso desemprego no Brasil levou os trabalhadores urbanos a uma situação econômica muito difícil, muitos passaram a viver em condições subumanas. No Brasil, esses acontecimentos se dão porque

o processo de desemprego em países como o Brasil é totalmente distinto do desemprego na Europa ou na América do Norte. O desemprego no Brasil leva populações à condição de miséria, coisa que não ocorre com os desempregados europeus, que têm sua existência respaldada pela intervenção organizada dos poderes do Estado, através de seguros e leis previdenciárias diversas que os protegem⁷.

Mas os conflitos no campo, iniciados no final do século XIX, percorreram a década de 1960 e prosseguiram pelo período de 1974 a 1990. E antes mesmo da elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (PNRA), de 1985, as organizações e ocupações de terra já se faziam constantemente presentes no Brasil, intensificando-se em todo o país entre os anos de 1993 e 2002. De 1985 em diante foi então o momento em que mais intensamente os trabalhadores sem terra, tanto urbanos como rurais, vislumbraram nas ocupações de terra a possibilidade de mudar de vida, de adquirir um pedaço de terra para plantar, visando ao sustento de suas famílias. Em 2003 houve uma relativa estabilidade no número de ocupações que, por sua vez, voltaram a fazer parte do cenário nacional com toda a força já no início de 2004.

Os assassinatos em confrontos pela terra

Entretanto, de acordo com a última pesquisa realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), os assassinatos envolvidos nestes conflitos também aumentaram, eles subiram de 29, em 2001, para 43 durante o ano de 2002, marcando portanto um percentual de 48,3% de aumento⁸, levando dor

e angústia aos trabalhadores. Mas, apesar das pressões e ansiedades provocadas tanto pelas reações do Estado, por meio das ações policiais, quanto pela repressão dos fazendeiros através de seus capatazes, os trabalhadores não desistem do objetivo de ocupação de terras. Conforme a CPT, as mortes de trabalhadores em conflitos por terra em 2004 também continuaram com presença forte no cenário dos confrontos pela terra. Outro fator a ser observado, e lamentado, se refere à impunidade com relação aos crimes executados contra os trabalhadores sem terra. O principal motivo de isso ocorrer é que os policiais envolvidos freqüentemente não são julgados pelos seus atos, e quando isso acontece, eles são absolvidos, de modo que:

De 1985 a 2003, a *Comissão Pastoral da Terra* tem o registro de 1.003 ocorrências de assassinatos no campo, com 1.349 vítimas. Só foram julgados até hoje 75 casos. Nestes julgamentos foram condenados 65 executores e absolvidos 44. Já com relação aos mandantes, apenas 15 foram condenados, e 6 absolvidos. A impunidade tem sido a marca registrada dos crimes cometidos contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Protegido pela trincheira da impunidade, o latifúndio continua a exercer livremente a violência⁹.

Por outro lado, foi constatado também que os últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso foram profundamente perversos para os trabalhadores rurais¹⁰, tanto pelo aumento da violência, que não foi muito lembrada pela mídia, como para o objetivo de acesso a terra dos trabalhadores envolvidos nas ocupações, uma vez que os procedimentos a serem tomados pelos órgãos governamentais, após as ocupações, ficaram ainda mais demorados e os processos de vistoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se emperravam na burocracia do Estado. Somado ao acréscimo do número de assassinatos no campo, houve ainda um crescimento substancial do trabalho escravo em todo o país¹¹. Esse tipo de exploração do trabalho ocorre também em decorrência da concentração de terra no país, ou seja, o aumento da violência tem como uma de suas causas, a má distribuição de terras no Brasil.

Entretanto, se a vinda de camponeses para as cidades tende apenas a aumentar o desemprego já presente no meio urbano, uma alternativa seria evitar a migração dos trabalhadores rurais para as cidades, por meio de uma política governamental para a produção no campo, mesmo que esta se limite à subsistência. No entanto, esta proposta já possui seus entraves na própria propriedade privada da terra, a qual a maior parte dos trabalhadores rurais, e mesmo urbano, não tem acesso. Deste modo, não resta alternativa ao trabalhador rural, senão tentar a sorte nas cidades, fato este que contribui para retardar ainda mais a concretização de uma reforma agrária no Brasil. A respeito destas questões, as reflexões de José Graziano da Silva são relevantes quando o autor ressalta:

Não há dúvida, portanto, de que, nas condições brasileiras, o campo é o lugar adequado para uma política de geração de empregos. A pergunta é: como fazer investimentos públicos no campo? Eles terão que ser feitos nas terras de alguém - ou pelo menos em benefício de alguém. Se não quisermos favorecer os mesmos de sempre (os grandes proprietários rurais), a reforma agrária aparece, sem dúvida, como uma das alternativas¹².

Objetivando superar estas dificuldades, alguns segmentos daqueles trabalhadores se organizaram e unificaram seus interesses e aspirações em torno do objetivo de ter acesso à terra e aos meios de nela permanecer. Por meio de uma identificação de interesses, os trabalhadores organizam estratégias de ação, pondo em prática os códigos comportamentais adquiridos ao longo de suas experiências de vida. E ter acesso a terra foi exatamente o fim último para o qual os atuais moradores da fazenda Rio das Pedras se dispuseram, a 14 de abril de 1997, a se organizar, junto ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), e ocupar as terras dessa fazenda, tendo em mente o seu cultivo para o sustento de suas famílias, visando à constituição de um projeto de vida comunitário e à afirmação de um novo modo de trabalho, baseado na ação conjunta do labor na terra conquistada. Neste sentido, o principal motivo que os levaram à ocupação foi, sem dúvida, a falta de oportunidades de melhores condições de trabalho e de vida no meio urbano, fato que lhes impedia de ter uma existência segura e digna. Acima de tudo, a maior esperança daquele grupo de trabalhadores sem terra era constituir uma nova vida baseada num trabalho autônomo, no qual

eles pudessem ser donos do seu próprio negócio.

O processo de ocupação da fazenda Rio das Pedras

Com uma área total de 1908,63 ha., a fazenda Rio das Pedras se localiza a 23 km da sede municipal de Uberlândia pela BR365 que interliga Uberlândia e Ituiutaba. Situa-se na microbacia hidrográfica do Rio Uberabinha, mais especificamente na sub-bacia do Rio das Pedras. Sua ocupação se deu em 14 de abril de 1997¹³, quando 170 famílias se estabeleceram no local. A respeito do ato de ocupação realizado pelos trabalhadores junto ao Movimento, os jornais de Uberlândia já anunciavam ainda no dia seguinte:

*O Movimento de Luta Pela Terra (MLT) promoveu ontem a primeira ocupação de terras em Uberlândia. Duzentas famílias estão acampadas na fazenda Rio das Pedras, de propriedade de Josias Freitas, distante 20 quilômetros do centro, desde às 4 horas da manhã de ontem.*¹⁴

A opção por ocupar a fazenda durante a madrugada foi feita buscando encontrar a outra parte envolvida, desprevenida, o proprietário da fazenda no caso, para que o processo se iniciasse ocorrendo de uma forma mais ou menos controlada pelos sem terra, pelo menos até o momento em que apenas os trabalhadores sabiam que a ação de ocupação aconteceria. Como reação à ocupação de sua fazenda pelos trabalhadores sem terra, o proprietário, Josias de Freitas, médico, 83 anos de idade, residente no Rio de Janeiro, propôs a *Ação de Reintegração de Posse*¹⁵ contra o Movimento, na época, o Movimento de Luta pela Terra (MLT). No entanto, a liminar expedida pelo Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia em favor do proprietário foi suspensa pelo Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, permitindo a permanência das famílias no local.

Para a ocupação da área, o MLT fez um trabalho de organização das famílias que durou cerca de oito meses. Eram pessoas oriundas da própria periferia da cidade de Uberlândia e até mesmo de outras cidades, como por exemplo, Campo Florido, Capinópolis, Limeira D'Oeste, Vazante, Oliveira, Prata, Ituiutaba, Estrela de Indaiá, Quirinópolis, Iturama, Ilhéus, São Paulo, Florana, etc.¹⁶. O ato da ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo confronto direto com o proprietário do imóvel, que nem mesmo foi ao local. O trabalho de base, por sua vez, consistiu na organização das famílias e foi realizado pelo Movimento junto aos trabalhadores sem terra tendo o objetivo não apenas de unificar as famílias interessadas no ideal de ocupação de terra, havia também toda uma preparação nos encontros e nas reuniões realizadas, no sentido de passar uma identidade cultural coletiva e política em torno do objetivo e do direito do acesso a terra.

As nuances que envolvem o direito à propriedade privada da terra, como por exemplo, o fato de que, conforme o Estatuto da Terra, as terras latifundiárias¹⁷ ou improdutivas¹⁸ são passíveis de desapropriação por parte do Estado, são noções que os líderes do Movimento cumprem o papel de passar aos trabalhadores. Esta constitui na verdade a primeira tarefa realizada pelo Movimento, que pode se dizer de caráter fundamentalmente político, pois leva aos trabalhadores o conhecimento dos seus próprios direitos constitucionais enquanto cidadãos brasileiros. Os trabalhadores, por sua vez, vêem o papel do Movimento como uma parte fundamental não apenas dos intuitos perseguidos pelo grupo, mas de sua própria formação política. O Movimento cuidou também da parte jurídica que envolve o momento anterior à ocupação, tomando todas as primeiras iniciativas legais para saber se aquela propriedade era passível de ser desapropriada pelo INCRA. Após a primeira avaliação do Grau de Utilização da Terra (GUT), feita alguns dias antes da ocupação, em 1997, por Luís Carlos Galante, na época coordenador do MLT, a propriedade, de 500 alqueires de terra, foi considerada improdutiva, pois apenas 20% dela produzia soja¹⁹. Mas, neste momento, a fazenda ainda não tinha sido vistoriada pelo INCRA. Em resposta a Luís Carlos Galante, acerca dos resultados do GUT, o advogado de Josias de Freitas contestou a informação, afirmando que a plantação ocupava 50% da área e o restante era utilizado para pastagens²⁰. Esta constatação porém não foi confirmada pelo INCRA que, meses depois, em seu Laudo de Vistoria²¹, identificou a terra como improdutiva e os trabalhadores puderam ser assentados na fazenda um ano e meio após a ocupação. Deste momento em diante, o Movimento já priorizara outro objetivo, arrecadar recursos estatais, sempre junto aos trabalhadores, para que as primeiras plantações fossem iniciadas, de modo que suas lideranças

continuaram próximas dos assentados, ajudando-os.

Passado o período de seleção das famílias e os preparativos para saber sobre o caráter da propriedade, se esta era produtiva ou não, alguns dias após o ato formal de assentamento, as lideranças locais do Movimento ainda permanecem em constantes visitas ao assentamento, procurando estar por dentro das principais necessidades dos assentados e sobre os desdobramentos do processo de aquisição dos lotes pelas famílias assentadas. Segundo Célia Umberlini, trabalhadora assentada, no dia da ocupação vieram todos juntos para a fazenda, famílias de trabalhadores e lideranças do MLT. As assembléias consistiam, no início do processo de ocupação e nos primeiros anos após o assentamento, a forma mais forte de exercer e pôr em prática a identidade coletiva e os interesses comuns entre os trabalhadores assentados. Era nestas reuniões que os trabalhadores, o presidente e o vice-presidente do assentamento, bem como as lideranças do Movimento, discutiam acerca do modo como a terra seria trabalhada, se a produção iria se dar de forma particular ou coletiva, que tipo de plantação seria priorizada inicialmente, que espécies de criação traria mais vantagens em termos de subsistência²² para todas as famílias.

As mudanças na denominação do Movimento

É importante informar ainda que na fase de ocupação da fazenda e mesmo no momento de elaboração do plano desta pesquisa, o Assentamento Rio das Pedras ainda estava vinculado ao Movimento de Luta pela Terra (MLT). Posteriormente, com alterações ocorridas no âmbito do Movimento, aquele assentamento passa a estar vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta), cujo objetivo central consistia na reivindicação de terra e liberdade, no sentido de se possuir meios para realizar os anseios de cultivar a terra, tirando dela o sustento das famílias envolvidas. E em agosto de 2002, houve uma outra alteração na denominação do Movimento. Foi realizado naquele mês um encontro em Goiânia entre lideranças, trabalhadores e trabalhadoras militantes em diferentes movimentos de luta pela terra de todo o país, em que três movimentos se unificaram – Movimento de Luta Socialista (MLS), Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta, ao qual era vinculado o Assentamento Rio das Pedras) e Movimento dos Trabalhadores (MT), formando uma única instância denominada Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL)²³ da qual faz parte, hoje, o Assentamento Rio das Pedras. Marcadamente necessários para definir ou redefinir não apenas os ideais, mas também a própria denominação do Movimento, os encontros e as assembléias, por sua vez, consistiam no momento de deixar claro aos trabalhadores tanto o valor da bandeira do MTL, como a importância de suas idéias e concepções políticas. O principal símbolo da bandeira do Movimento, o globo terrestre, simboliza a terra, que deveria ser bem repartida entre todos. Mais que uma concepção política, o globo representa ainda uma tomada de posição diante do modo como a terra está repartida no país bem como uma oposição velada ao sistema capitalista de produção baseado na propriedade privada da terra, e em favor do socialismo²⁴, posição de muitos trabalhadores sem terra, figura central dos símbolos do Movimento, concretizada em suas ações de ocupação de terra.

Ao realizar pesquisa sobre os movimentos dos trabalhadores em reivindicação de terra, com o objetivo de compreender a organização e a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Rondonópolis, no estado de Mato Grosso²⁵, Maria Elza Markus diz que o procedimento de juntar as famílias denomina-se *método multiplicador*, no qual os trabalhadores assumem o compromisso de trazer, a cada nova reunião, sempre mais uma família para fortalecer o grupo. Esta é mais uma estratégia política utilizada pelo Movimento, junto aos trabalhadores sem terra, para pressionar o governo no sentido de alcançar a Reforma Agrária e afirmar ainda mais o Movimento. De outra forma, esse ato constitui também uma ação de precaução das lideranças às ações policiais, uma vez que, possuindo um maior número de trabalhadores, o grupo se torna mais forte e as reações por parte do Estado contra a ocupação ficam, possivelmente, mais brandas. Entretanto, o processo de ocupação da fazenda Rio das Pedras ocorreu de forma bastante pacífica. Foi negociado um prazo para a interposição de recurso contra a liminar proferida pelo Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia em favor do proprietário. Ao local da ocupação foi enviado um grande contingente de policiais militares como forma de

exercer pressão sobre os trabalhadores acampados, mas ainda assim não houve confronto²⁶. Ocorreram conflitos com os arrendatários do imóvel ocupado, que também propuseram ações de reintegração, mas suas liminares foram suspensas pelo Tribunal de Alçada, afastando-os definitivamente do imóvel. O dia da ocupação, por sua vez, foi o momento de maior entusiasmo dos trabalhadores, que tinham uma forte esperança de conseguir uma porção de terra daquela fazenda. Passadas algumas semanas, o clima ainda era de festa na fazenda, como se de fato os trabalhadores já tivessem conseguido realizar seu principal objetivo.

Porém, das 170 famílias acampadas na fazenda Rio das Pedras, apenas 87 foram assentadas. Destas, foram analisadas 83, totalizando 315 moradores²⁷ distribuídos em 154 adultos, entre 22 e 60 anos, 15 idosos, acima de 60 anos e 76 crianças na faixa etária de 0 a 12 anos, todos de ambos os sexos. Eram pessoas, em sua maioria, de origem rural, cujos pais viveram no campo e a mudança para a cidade se deu por conta do êxodo rural motivado pelo objetivo de encontrar melhores condições de vida no meio urbano. Os hábitos rurais adquiridos ao longo de suas experiências de vida nos momentos de trabalhos e nas labutas diárias no campo foram, deste modo, significativos para eles na constituição da nova realidade, ao serem assentados, tendo em vista os anseios dos trabalhadores pelo labor na terra conquistada. Ao longo desse caminho, porém, antes de serem assentados, aqueles trabalhadores passaram por muitos maus momentos. Acampados em barracos de lonas, com uma quantidade ínfima de mantimentos, já que não tinham a certeza se iam ou não permanecer naquela fazenda, as famílias de trabalhadores não tinham nem mesmo como conseguir água potável para preparar seus alimentos ou mesmo para saciar a sede. E deste modo permaneceram por um ano e meio, momento em que foram legalmente assentados.

Segundo o senhor Iraci dos Santos, um dos problemas principais encontrados pelos trabalhadores ao longo dos dois primeiros anos de assentamento aconteceu por parte do Estado. Num primeiro momento, o governo concedeu os financiamentos para os trabalhadores plantarem, mas não concedeu, simultaneamente, os técnicos para auxiliá-los, de modo que, quando estes vão ao assentamento fornecer a capacitação aos trabalhadores, os financiamentos já foram gastos em outras compras pelos trabalhadores, não restando nada para a plantação. Conforme o senhor Iraci, quando ele precisava de assistência técnica não apareceu ninguém, quando estava plantando café também não apareceu nenhum técnico²⁸, agora que apareceu, ele já sabe como trabalhar a terra, mas acha que poderia ter plantado há muito mais tempo se isso não tivesse ocorrido.

Mantendo uma opinião semelhante, Célia Umberline ressalta a falha administrativa do Estado com relação à estruturação do assentamento Rio das Pedras, a falta de planejamento, uma vez que, conforme Umberline, realmente “não adianta você ter assistência técnica se você não tem o recurso pra corrigir. Primeiro na época que tinha os créditos, que teve os créditos, não tinha os técnicos, agora que não tem dinheiro pra plantar, tem assistência técnica. Daí você vê o tamanho da contradição”²⁹. Deste modo, podemos perceber que as ações do Estado para a implementação de assentamentos provenientes das pressões dos trabalhadores sem terra sobre o latifúndio, não são acompanhadas de um planejamento administrativo e técnico adequado e que dê conta de evitar esse tipo de problema, podendo levar ajuda efetiva aos trabalhadores.

Disso decorre toda uma série de conseqüências inesperadas na vida concreta dos trabalhadores, que saem da cidade para tentar a sorte no campo, mas quando chegam enfrentam situações as mais adversas possíveis, nas quais a *melhoria nas condições de vida* está longe de ser alcançada com a ‘nova’ realidade. Para Célia Umberline, assim como para a maioria dos trabalhadores³⁰, a maior dificuldade a ser superada tem sido a falta dos elementos essenciais à produção e, sobretudo, à vida em si, como a falta de água, de energia e de transporte. Conforme o senhor Iraci, a culpa não é somente do Estado, pois existem muitos trabalhadores que, na verdade, não pensam nem mesmo em plantar na terra, não se esforçam para isso, não faz a sua parte, e acabam com o primeiro, com o segundo, e ainda com outros financiamentos, e após isto vendem³¹ seus lotes e voltam para a cidade, permanecendo em dívida com o governo. Sendo que a maioria, apesar de desejar realizar o plantio em sua própria terra, não possui subsídio para isso,

uma vez que, na maioria das vezes, os recursos provenientes do governo são insuficientes ou, por outro lado, são muitas vezes mal administrados pelos inexperientes trabalhadores.

Por outro lado, poucos são os trabalhadores que, como o senhor Davi Agenor dos Santos, por exemplo, está contente com sua nova vida no assentamento. Quando questionado acerca dessa realidade vivenciada, ele afirma: "Lá em Uberlândia?, lá eu trabalhava de servente de pedreiro, trabalhei na prefeitura. Eu acho melhor, acho bom aqui né? É mais assim sossegado né?"³². Disto se apreende que o senhor Davi julga melhor a sua vida no campo pelo fato deste espaço ser mais tranquilo e não necessariamente melhor em termos materiais. Desse modo, tem-se que o fato de alguns plantarem e outros não, possui razões as mais diversas possíveis, fato que encontra seus desdobramentos na sociedade, uma vez que "o trabalho de cada um contribui, necessariamente, para a difusão do perfil da vida em sociedade, isto é, de todos os indivíduos e não só dos que trabalham"³³, como bem lembrou Bava Júnior.

Outro problema observado durante as entrevistas e visitas aos trabalhadores encontra-se existência de bares existentes no assentamento. De acordo com os trabalhadores entrevistados, a ocorrência de casos de alcoolismos no assentamento é algo muito comum e corriqueiro. Assim, apesar de certa homogeneidade nas formas de reivindicações de terra nos vários conflitos particulares ocorridos no país, os movimentos de trabalhadores despossuídos de terra no Brasil apresentam uma heterogeneidade de relações sociais, englobando 'frações específicas' dos trabalhadores sem terra. Sobre isto Grzybowski ressalta:

Na realidade, contam-se por milhões os trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Mas não são todos os que não têm terra que agem e pensam como os camponeses e aspiram ter terra. Além disso, são frações específicas destes camponeses sem terra que se incorporam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra, revelando, (...) a diversidade de relações sociais como um elemento configurador dos movimentos sociais de trabalhadores rurais³⁴.

Durante a pesquisa, essa heterogeneidade pôde ser constatada. Há diversos sujeitos sociais inseridos no processo de reivindicação de terra. Por exemplo, a maioria dos trabalhadores estudados possui o objetivo de conseguir a terra, plantar conjuntamente, em benefício de todos, e morar no assentamento com a sua família. Esse tipo de trabalhador incorpora perfeitamente os ideais do Movimento, fazendo parte da coletividade e encarando os objetivos do grupo como os próprios.

Por outro lado, há também aquele trabalhador que, apesar de desejar um pedaço de terra para plantar e viver com sua família, prefere trabalhar individualmente, rejeitando as sugestões de trabalhos coletivos por parte do Movimento. Existem ainda outros tipos de trabalhadores sem terra os quais vêm no acesso a terra a possibilidade de voltar a morar na cidade. Estes trabalhadores, quando conseguem a terra, com o passar de algum tempo, acabam por vendê-la, retornando ao meio urbano. E há também os que vendem a terra por não conseguirem nela permanecer, haja vista a falta de recursos. Contudo, ocorre também a existência de trabalhadores que encaram o Movimento, a vida em si no assentamento, como uma fuga das cobranças da sociedade do trabalho, estes sabem, quase que unicamente, reclamar constantemente da sua vida, do Estado, do Movimento, do tempo, da má sorte de terem nascido pobres e de si mesmos, julgando-se incapazes de mudar de vida por seus próprios esforços. Enfim, há os trabalhadores que desejam e os que não desejam mudar de vida. Daí o motivo do Movimento ser substancialmente *heterogêneo*, um fato que constitui, na verdade, o pior problema para a realização dos objetivos perseguidos pelos trabalhadores que potencializam todas as suas forças na realidade do assentamento, e acreditam na possibilidade de melhorar suas condições de vida, por meio de uma existência mais digna.

A organização do assentamento Rio das Pedras

O Assentamento Rio das Pedras é disposto em três categorias de organização formal: uma associação dos assentados, em que participam todas as famílias, uma associação das mulheres,

com a participação de 32 famílias e uma cooperativa em fase de estruturação, que contava com 60 cooperados quando de sua elaboração, um ano e meio após o assentamento das famílias, mas que atualmente está com seu projeto abandonado. Na fase inicial do assentamento, foram formados oito grupos por afinidade entre as famílias, como parentesco, amizade, origem, objetivos, etc. Com a junção de alguns deles, hoje existem quatro grupos, cada um contando com um coordenador, mas todos têm se esvaziado frequentemente a cada dia após o terceiro e o quarto ano de existência.

Durante os primeiros cinco anos do assentamento, as reuniões aconteciam duas vezes por mês ou mais, entre os coordenadores e, após cada reunião, estes representantes se reuniam com seus respectivos grupos para passar os resultados e discutir os temas. Atualmente, com os grupos esvaziados, as reuniões se dão uma vez por mês, e contam com a presença de poucos trabalhadores, tendo em vista que os compradores, novos moradores do assentamento, constituem um diferencial na rotina do assentamento³⁵. Muitos destes compradores comparecem às assembleias no início, quando compram o seu lote, mas com o tempo, vão percebendo diferenças na maneira de pensar e de encarar o processo de trabalho no assentamento.

Ao longo da organização do assentamento, os trabalhadores tiveram apenas uma experiência de cultivo coletivo³⁶ que se deu na época do assentamento, há mais de cinco anos atrás, quando muitas famílias se uniram em grupo e produziram vários tipos de hortaliças que eram consumidas ou comercializadas nas cidades vizinhas e no âmbito do próprio assentamento e esse foi, portanto, o período de maior união dos trabalhadores ao realizar a produção. Logo após o parcelamento das terras houve apenas duas tentativas de trabalho coletivo, uma em 1998/99³⁷ e mais recentemente com a formação de um viveiro coletivo que se encontra abandonado. Neste sentido, o *individualismo* constitui a marca forte nas relações de trabalho, havendo uma grande falta de conhecimento de práticas associativas e cooperativas na produção do trabalho, outro fato que contribui negativamente para a força de ação do grupo. Esta cultura de individualismo acentua-se ainda mais quando se trata do relacionamento dos assentados com seus vizinhos de entorno da fazenda. Para isso, muito tem contribuído o preconceito existente contra os assentados, associado geralmente a uma incompreensão dos seus atos e concepções políticas em relação à forma de reivindicar a terra por meio da ocupação em vistas a obtenção de melhorias estruturais para o assentamento.

Ao diz respeito à população economicamente ativa, entre os assentados, cerca de 54% dela tem algum tipo de ocupação, ainda que fora do assentamento. Mais ou menos 20% dos assentados adultos trabalham de empreita em serviços de roças e na cidade, exercendo ainda funções de pedreiros e serventes. A maioria destes trabalhadores desenvolve suas atividades de maneira informal, sem carteira assinada. Quase não há relações de parcerias e de meeiros nas relações de trabalho. No caso das famílias que trabalham exclusivamente com as culturas de subsistência, o que é o caso da maioria, deixando de lado ainda uma parcela que não planta nada, o trabalho é realizado entre os meses de setembro e janeiro, com plantio, tratamentos das culturas e colheitas, havendo ociosidade da mão-de-obra nos meses de fevereiro e agosto, período da entressafra.

A plantação, contudo, se dá ainda de forma bastante precária, embora, hoje, os trabalhadores que permaneceram na fazenda na lida com a terra, já possuem uma boa noção de plantio, através dessas experiências, à exceção, claro, dos compradores, que não estão sendo analisados aqui, os quais possuem também uma trajetória de vida diferente. Mas, no geral, como a demanda atual no assentamento tem ocupado apenas o trabalho de homens adultos, os jovens acima de 16 anos ficam sem trabalhar, restando uma potencialidade de mão-de-obra que pode ser aproveitada com a introdução de outras atividades econômicas para aumentar a renda familiar.

A assistência técnica do governo aos assentados

A assistência técnica concedida aos assentados ocorreu em 1998, quando uma equipe do Projeto Lumiar permaneceu no assentamento pelo período de um mês. Porém, a formação desta equipe não se confirmou e os trabalhadores ficaram sem assistência durante o período de plantio como pôde ser constatado através das narrativas de experiências de trabalhadores, ocasionando

desmotivação entre os assentados. Entre novembro/1999 e junho/2000, formou-se outra equipe do Projeto Lumiar, composta por um agrônomo e um técnico agrícola. Eles elaboraram projetos de investimento a serem financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ocorre que, sem condições de acompanhamento na implantação do projeto, a equipe foi desfeita em julho de 2000.

Já no período referente aos meses de novembro/2000 e janeiro/2001, formou-se novamente outra equipe de assistência técnica composta por um agrônomo e um técnico agrícola. Mas, desta vez, foram feitos apenas os projetos de custeio e, logo a seguir, a equipe foi desfeita. Atualmente os trabalhadores estão recebendo assistência técnica prestada pelos técnicos da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento³⁸, mas de forma bem precária. Contudo, no que se refere à capacitação profissional, até o momento não foi administrado nenhum curso de capacitação no assentamento. Alguns assentados até receberam capacitação isoladamente, fazendo um curso de avicultura e floricultura na Escola Agrotécnica de Uberlândia. Entretanto, no geral nunca foram realizados cursos de capacitação que se estendessem a todos ou à maioria dos trabalhadores. Os créditos recebidos pelas famílias assentadas estão sendo provenientes de dois órgãos governamentais - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e segundo dados do Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, de 2002, elaborado pela secretaria municipal do MTL, a média de endividamento total por assentado junto ao Banco do Brasil é de R\$ 11.500,00 dividida entre custeio e investimento. Os créditos são recebidos também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas em diferentes valores. No caso do PROCERA, o valor da dívida por assentado foi de aproximadamente R\$ 2.500,00, com um rebate de 70%, o que diminuiu a parcela para R\$ 750,00 a ser dividida em 15 parcelas anuais no valor de R\$ 50,00³⁹. O PRONAF, por sua vez, propôs investimento estabelecendo parcelas anuais de R\$ 1.455,79, com rebate de 40%, passando para R\$ 873,48⁴⁰. Em dezembro de 2000 o PRONAF firmou um novo contrato para custeio estabelecendo o valor das parcelas anuais de R\$ 2.084,00, com rebate de 40%, passando para R\$ 1.250,40. Entretanto, todas as dívidas dos assentados e de todos os pequenos produtores da Agricultura Familiar passaram por um processo de repactuação em que os investimentos foram todos estudados individualmente, aplicando-se novos índices de rebate e novos prazos.

O cultivo dos trabalhadores

Os recursos recebidos são empregados na realização de variadas produções de subsistência pelos trabalhadores assentados. Divididos em três grupos principais, os sistemas produtivos do assentamento se diferenciam quanto ao tipo de atividades desenvolvidas. De acordo com o Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, nos primeiros quatro anos de assentamento, o primeiro grupo, constituído por 42 famílias, cultiva mandioca, milho, arroz e feijão. Destas famílias, nove cultivam esporadicamente, não criam nada no lote e dependem de outras fontes de renda, trabalhando fora da propriedade. Com a produção voltada para a criação de gado de leite, que em sua maioria dá mais gastos do que leite, e os trabalhadores custam a mantê-los, o segundo grupo, de 31 famílias, depende predominantemente desta atividade, mantendo-se com uma média de 13 cabeças por família. Mais ou menos 13, destas 31 famílias, dependem exclusivamente da produção de leite enquanto o restante possui algum cultivo de mandioca, milho ou arroz para subsistência. O terceiro e menor grupo, formado por 10 famílias, dedica-se ao cultivo de olerícolas: abóbora, quiabo, pepino, jiló, melancia, e sua renda agrícola depende primordialmente da olericultura. Em todas as produções, a organização básica fundamenta-se na Agricultura Familiar, trabalho apoiado somente na mão-de-obra dos membros da família. A produção ocorre predominantemente na forma de subsistência, explorada de modo individual, em pequenas áreas – entre 0,5 e 6,0 hectares, com o plantio de arroz, milho, feijão, mandioca, realizado por poucas famílias, utilizando baixo nível tecnológico, com comercialização do excedente nas cidades vizinhas. Alguns assentados introduziram a fruticultura, com o cultivo de maracujá, banana, pêssego e figo, mas ainda é uma produção bem incipiente.

Por outro lado, no que se refere ao uso de insumos, a maioria dos assentados utiliza adubação

química, mas sem recomendação e acompanhamento técnico, poucos corrigem os solos com calcário, a irrigação é praticada apenas pelos produtores de olerícolas, no entanto a maioria dos trabalhadores utiliza a mecanização para o cultivo do solo por meio de equipamentos próprios, alugados ou com a ajuda da patrulha da Secretaria de Agropecuária do município. A criação de gado no assentamento é voltada para a produção de leite, mas com rebanhos de baixo padrão genético, com produtividade média de 4,8 litros de leite por vaca e com uma variação de 2 a 9 litros por animal⁴¹. Com relação à produtividade, contudo, há poucas famílias que produzem algum excedente para a comercialização sendo que a maioria planta apenas para o consumo próprio, e muitas ainda nada plantam. Mas todas as famílias que plantam têm problemas com a produtividade. Os principais problemas encontrados pelos trabalhadores são a falta de recursos e acompanhamento técnico. Esta situação faz com que muitas famílias não consigam mesmo plantar completamente nada, tendo que viver de renda conseguida fora do assentamento. A falta de recursos e de um plano efetivo, por sua vez, põe de lado o sonho de plantar de muitas das famílias de trabalhadores, levando em consideração que a própria renda das famílias é muito baixa. De acordo com pesquisa de amostragem realizada pelo Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, a renda apurada entre os assentados varia de R\$ 150,00 a R\$ 300,00, com uma média de R\$ 234,00. Apesar de tudo, muitas pessoas não conseguem montar a sua estrutura produtiva na agropecuária de forma a sustentar seus familiares, sendo necessário trabalhos extra propriedade nos quais os trabalhadores ocupam cargos como diarista e pedreiro para manter sua subsistência. Em torno de 31 famílias que produzem, também têm algum tipo de atividade complementar às atividades agrícolas, incluindo aposentadorias. Assim, a acumulação de renda das famílias é variável, apenas sete famílias apresentam uma maior acumulação de renda, já que a maioria acumula de forma muito lenta ou se encontra estagnada.

A comercialização da produção do assentamento

A comercialização da produção no assentamento se dá de forma reduzida. Predomina o comércio informal, em que alguns produtores de queijo, requeijão, doce, pamonha e mandioca ofertam seus produtos no local, em Uberlândia e Ribeirão Preto. O comércio é feito de forma individual, em pequenos armazéns e na Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA), de Uberlândia. Em maio de 2002 foi criada, e registrada na Junta Comercial, a Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização dos Produtores Assentados na Fazenda Rio das Pedras (COARPE)⁴², tendo como presidente o Sr. Lauro Joaquim de Moraes. Mas apesar de formalmente constituída, a cooperativa ainda não está efetivamente atuando, o que força os assentados fazerem suas compras individualmente em Uberlândia, para se manterem, algo muito trabalhoso e dispendioso para os trabalhadores.

O grau de escolaridade dos assentados é variado, a maioria dos trabalhadores adultos não concluiu a 4ª série do 1º grau, sendo que alguns concluíram a 8ª série e há também um número reduzido de analfabeto. O motivo para a não conclusão dos estudos é justificado pela necessidade de trabalhar para ajudar a família. Os assentados matriculam seus filhos na escola municipal da Fundação Educacional Rural de Uberlândia (FERUBE), distante um quilômetro da sede do assentamento e também nas escolas estaduais das cidades vizinhas. O transporte para os alunos da FERUBE é concedido pelo poder público municipal. Para os adultos, no entanto, não há nenhum tipo de curso. Poucas famílias dispõem de Bolsa Escola Federal, uma espécie de ajuda de R\$ 15,00 mensais por criança no ensino básico. O atendimento médico-hospitalar, por sua vez, tem que ser feito em Postos de Saúde do perímetro urbano, como as Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) e o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HCU), ambos quase sempre lotados. Ainda são utilizadas ervas medicinais cultivadas pelos trabalhadores no próprio assentamento.

Os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores

Os trabalhadores sofrem muito de gripes, resfriados, alergias e coceiras. Existem casos de alcoolismo que necessitam de tratamento médico. Também há ocorrência de doenças mais graves, como câncer de pele, pressão alta, diabetes, e problemas cardíacos, que requerem cuidados especiais. Não há, contudo, orientação sobre prevenção e tratamento dessas doenças,

com exceção de alguns projetos educativos desenvolvidos pela Universidade Federal de Uberlândia junto aos assentados. Conforme José Gilberto dos Santos, morador do assentamento os trabalhadores “são muito solidários uns com os outros, sempre que algum ta com problemas, todos quer saber o que é e ajudar”⁴³, o que demonstra o espírito de fraternidade presente entre os trabalhadores, muito importante neste e em outros momentos vivenciados pelos assentados.

No tocante ao saneamento básico, a maioria das famílias sofre com problemas ligados à qualidade da água para o consumo doméstico, como pôde ser constatado nas entrevistas, pois a maior parte dos trabalhadores tem que captar água diretamente dos córregos, quase sempre contaminados por esgotos ou mesmo agrotóxicos. E não há nenhum tratamento da água para o consumo, as famílias tiram ainda a água de cisternas, regos e 20 famílias são beneficiadas por três poços artesianos. Mas há também lotes que nem mesmo possuem água, seus moradores têm que fazer longas caminhadas para conseguir levar um pouco para a casa. Assim, um dos maiores problemas para os assentados tem sido justamente a precariedade do acesso à água. Do mesmo modo, o manejo do lixo não é uma prática em nenhuma propriedade. Não há separação dos diferentes tipos de lixos, assim como não há caminhão para recolher. Os moradores queimam o lixo produzido, alguns depositam em buracos e erosões e outros jogam mesmo de forma indiscriminada.

Trabalhando em condições muito precárias, os assentados não utilizam nenhum tipo de prevenção para a segurança do trabalho. Aplicam inseticidas nas plantações sem nenhuma proteção ao realizar esta atividade. Alguns trabalhadores foram até mesmo intoxicados pela inalação de produtos químicos. Depois de dias inteiros realizando trabalho pesado no assentamento ou nas cidades vizinhas, seus finais de semanas são preenchidos através de lazer como: Futebol, baralho, malha e dominó. Existem muitos campos de futebol improvisados no assentamento, e ainda está sendo construído um campo oficial na sede. As únicas diversões para as mulheres são mesmo as visitas, uma prática que permite, ao menos, sair da rotina. Conforme Célia Umberline, sua vida não mudou muito ao ir morar no assentamento. Para ela, na cidade, ao menos, se tem certo conforto, e mesmo com as dificuldades encontradas, ela consegue adquirir aquilo que considera importante e tem vontade de possuir. Apesar das dificuldades encontradas na cidade, como o desemprego, a falta de oportunidade, Célia Umberline revela que sua vida no meio urbano era bem melhor do que agora, como assentada. E sua ida para o campo, com o objetivo de melhorar sua situação econômica, não lhe trouxe os resultados que desejava. Entretanto, percebe-se que até mesmo nos momentos de lazer, os símbolos do Movimento estão fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores.

Em seus jogos realizados, as cores da bandeira do Movimento são utilizadas, como uma forma de ser interiorizada não apenas pelos trabalhadores, mas pelos visitantes que vão ao assentamento, sejam eles compradores interessados em lotes, pesquisadores, viajantes e ainda os curiosos de plantão. É uma forma de fundamentar, nos imaginários sociais, os símbolos e os ideais do Movimento. Durante as lides diárias, as representações simbólicas também permanecem, tanto no ato de astear a bandeira, neste caso em dias específicos como nas comemorações de aniversário do assentamento, como também, e sobretudo, nos momentos de dificuldades enfrentados pelos trabalhadores. Por outro lado, os laços de solidariedade foram também marcantes desde os primeiros momentos de acampamento, passando pela fase de assentamento e permanecendo ainda hoje entre os trabalhadores. Muitos assentados afirmam terem conseguido o pouco que possuem por meio da ajuda de outros trabalhadores. Quanto à Previdência Social, existem 15 pessoas que se aposentaram por idade ou tempo de serviço e uma por invalidez⁴⁴. Esta renda, ainda que pequena, ajuda na manutenção das famílias, já que muitas delas não possuem renda por meio do lote, mas através de trabalhos informais dentro ou fora do assentamento.

Os assentados moram em casas de alvenaria (80%), além de barracos de lona (10%) e em casas construídas com placas de muro (10%). Até dezembro de 2003, não contavam com energia elétrica, fazendo uso de velas, lamparinas, lampiões e poucos têm geradores próprios. Contudo, a

rede de energia estava próxima, mas existiam apenas três pontos de energia monofásica na sede. E somente em janeiro de 2004, porém, é que a energia chegou ao assentamento, praticamente sete anos após a chegada dos trabalhadores, momento em que muitos já venderam seu lote. As estradas disponíveis não estão encascalhadas e comprometem a circulação de pessoas e produtos, principalmente nos períodos de chuvas. Isso também força uma mudança na rotina dos alunos, que têm de deixar as vans ou ônibus para terminarem o trajeto até a escola a pé ou, simplesmente, acabam por não assistir as aulas do dia. Neste sentido, os assentados, em sua maioria, têm passado por sérias dificuldades de sobrevivência desde o acampamento. Vivendo em condições extremamente precárias no período de acampamento, as famílias não sentiram uma mudança substantiva que alterasse suas condições de vida. Mesmo após a ocupação da terra, a carência, que já existia antes do acampamento permanece com o mesmo, e se mantém também na fase do assentamento sendo, portanto, uma presença constante na vida das famílias do Assentamento Rio das Pedras.

Os recursos demoram a chegar e quando chegam são insuficientes, levando em consideração o fato de que os trabalhadores não recebem, simultaneamente, orientações de como trabalhar a terra de maneira segura e produtiva. A perspectiva de melhores condições de vida dentro do ramo de produção de cada família é bem limitada já que desde o início os trabalhadores não possuíam o saber técnico necessário a qualquer cultivo que eles se propusessem a realizar na terra recebida. Seus filhos, pelas dificuldades com que os pais levam a vida, acabam, em grande parte, deixando a escola para ajudar no sustento da família e, na maioria das vezes, se tornam serventes de pedreiro ou empregados em comércios das cidades vizinhas. O sonho de cultivar a terra possui seus entraves na carência de conhecimentos específicos necessários e de recursos para nela serem empregados. Questionada sobre a reforma agrária no Brasil, Célia Uberline ressaltou:

É difícil, é muito difícil, eu falo, eu não concordo muito com essa história de reforma agrária dessa forma aí. Isso é fazer favela rural, isso é só pra tirar os pobres da cidade pra não ficá lá enfeando a cidade com barraco e mete eles na roça. Porque aqui fica escondido né? Aqui não vai envergonhar os prefeitos né, os governadores, ninguém vê uai, vê o que né? Então fazer favela rural pra eles é muito conveniente, tira o pobre da cidade e enfia o desgraçado lá na roça e eles que se lasque pra lá, se morrer de fome morreu, ninguém não ta vendo⁴⁵.

De fato, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, ao organizar as famílias de trabalhadores em torno do ideal de ocupar terras improdutivas, demonstra aí seu sentido social e político e, muitas vezes, consegue atingir seu objetivo de adquirir terras para muitas famílias plantarem e constituírem uma nova realidade, ainda que não muito diferente da anterior. Contudo, os próprios ideais do Movimento não coincidem com a realidade específica do assentamento em questão. Absolutamente contrário aos valores capitalistas, sobretudo à propriedade privada da terra, o MTL defende uma sociedade socialista. Paradoxalmente, o que pode ser observado no Assentamento Rio das Pedras é que as relações de trabalho se dão de forma predominantemente *individual*, os lotes são propriedades privadas, não havendo, de forma predominante, o trabalho coletivo. De acordo com o Manifesto do Movimento, escrito em 2002, por ocasião de um encontro entre lideranças de diferentes instâncias, os princípios de justiça, liberdade, igualdade e fraternidade, só podem ser exercidos na sociedade considerando os seguintes caminhos possíveis:

Combater a deificação da propriedade, sobretudo da terra, combater o domínio político e econômico, buscar o controle dos meios de comunicação midiáticos, formadores de conceitos e valores numa sociedade de massa e garantir ao povo a elevação do seu padrão educacional e cultural⁴⁶.

Como podemos ver, os ideais do MTL estão muito distantes da realidade concreta, principalmente da realidade que o próprio Movimento ajudou a construir. Não há necessidade de grande análise para se perceber que falta no Assentamento Rio das Pedras, além de outras necessidades básicas, uma quantidade maior de recursos e de assistência técnica para serem investidos e um plano concreto de ação, ou seja, justamente aquilo que o capitalismo tem a oferecer e que pode possibilitar uma produção com menores riscos de perda, além de maior produtividade. As famílias

necessitam de informações acerca do modo de trabalhar a terra dentro do sistema em que estão inseridas, mas por meio de um plano passível de ser concretizado e de acordo com as necessidades fundamentais dos trabalhadores assentados.

Contradições no âmbito do Movimento

Comparando as práticas de trabalho e de vivências no assentamento com os princípios do Movimento, notamos que são muito divergentes. Se por um lado, os valores capitalistas são negados pelo MTL que persegue o “objetivo de viver a construção socialista em cada dia, em dualidade global e permanente com a ordem, porém em contradição com as relações sociais, com a moral e com os valores da sociedade capitalista”⁴⁷. Por outro, entre os assentados os valores de propriedade privada e de individualidade, tanto nas relações sociais quanto nas relações de trabalho, são predominantes. Neste sentido, há dificuldades para as lideranças do Movimento compreenderem as necessidades essenciais dos trabalhadores, surgidas após o assentamento, já que elas fazem parte de toda uma realidade de um sistema econômico que o próprio MTL nega. Até mesmo o campo está se utilizando, há muito, de produtos criados pelo sistema capitalista, na medida em que faz, cada vez mais, uso de adubos, inseticidas, máquinas, cultivo mais intensivo da terra, maior utilização de trabalho assalariado, tornando a produção mais dinâmica.

Deste modo, as próprias transformações no modo de produzir possuem seus desdobramentos no trabalho rural, quando são introduzidas novas técnicas para auxiliar no manejo da terra, de forma a aumentar a produção e o lucro do pequeno agricultor. E “esta industrialização da agricultura é exatamente o que se chama de penetração ou desenvolvimento do capitalismo no campo”⁴⁸. Porém, ocorre que os trabalhadores, que são quem realmente faz o Movimento acontecer, acabam sendo os menos beneficiados, pois a conquista da terra quase sempre não significa a segurança de uma vida mais justa e digna, com a qual eles sonham e pela qual tanto se esforçam para atingir. Para Célia, o assentamento não forneceu uma vida melhor à sua família, sua situação financeira não mudou mas, de outro modo, se estivesse na cidade, empregada, poderia realizar com mais facilidade o sonho do conforto e segurança que tanto espera como resultados do trabalho. Dos vinte trabalhadores entrevistados, apenas sete consideram que suas condições de vida estão melhores no assentamento.

Conversando com o senhor Lauro Joaquim de Morais, morador e tesoureiro do assentamento, ele afirmou que os trabalhadores vão para o campo com a esperança de mudar de vida, sendo que, para isso, contam ou pelo menos esperam uma atitude segura por parte do Estado, uma atitude de ajuda, mas uma ajuda bem planejada e voltada para as características da realidade do assentamento e das necessidades fundamentais dos trabalhadores. Com o passar dos anos, porém, aqueles trabalhadores perceberam que teriam que contar mais com a ajuda uns dos outros, nas pequenas realizações do dia-a-dia, seja no ato de ajudar a construir um barraco, iniciar uma casa, socorrer um enfermo ou mesmo ao reivindicar melhorias para o assentamento aos órgãos governamentais, ainda que esta quase sempre não venha, do que esperar por qualquer outra espécie de ajuda por parte do governo ou mesmo do Movimento, o qual também possui seu limite de atuação.

Conforme as entrevistas aos trabalhadores, estes sujeitos sociais afirmam se sentir abandonados pelo Estado que, mesmo no começo de todo o processo, durante o acampamento e ainda na fase de assentamento, não possuía um plano coerente com as necessidades do grupo assentado. Segundo o senhor Lauro Joaquim de Morais, ele próprio já tentou várias vezes, nas reuniões realizadas, motivar uma identidade política mais forte, e também mais independente das ações do Estado entre os assentados, mas uma identidade fundamentada, sobretudo, no trabalho coletivo, porém, segundo ele, os interesses entre os trabalhadores são muito variados e a força política não se configura em suas manifestações e imaginários sociais com a mesma intensidade entre todos. Entretanto, um assentamento de reforma agrária não pode conceber a aquisição da terra como o elemento mais importante para que uma nova realidade, baseada na melhoria de vida dos trabalhadores, possa ser afirmada. A posse da terra consiste, na verdade, no primeiro passo em direção à realização da reforma agrária, que deve vir acompanhada de medidas estruturais

mediante ações do governo para esse fim e um plano flexível e adequado ao assentamento, pois

(...) só com a conquista de um pedaço de terra, não existe reforma agrária. Novas conquistas precisam ser feitas para que ela seja efetivada, relacionadas (...), à garantia de uma política agrícola adequada aos trabalhadores, à saúde, educação, lazer, etc.⁴⁹.

Mas, o símbolo da dependência dos trabalhadores em relação às ações do Estado e ainda em relação ao próprio Movimento, impregnado senão em quase todas as manifestações e opiniões dos trabalhadores, pelo menos na grande maioria analisada, através dos relatos orais, se torna um impasse ao crescimento econômico de grande parte dos trabalhadores. Alguns, já possuindo consciência de certa independência ao realizar seu trabalho com a terra, na lida diária, da qual tinham inclusive certa experiência, conseguem plantar e viver com mais dignidade no campo do que na cidade, de onde saíram, fato que, infelizmente, não ocorreu com a maioria dos trabalhadores, que retornou para as cidades. Deste modo, o fato é que a grande maioria dos trabalhadores do assentamento Rio das Pedras, embora com o sonho e a perspectiva de viver do trabalho na terra, espera uma atitude do Estado ou mesmo do Movimento, a qual, por sua vez, têm consciência de que dificilmente virá, e assim vão vivendo conforme a sorte permitir, sem muitas ambições, sem acreditar em sua própria força de transformar a própria vida, ainda que com os escassos recursos, o que outros, já conseguem fazer. O Movimento, por sua vez, consegue se afirmar a cada ocupação, a cada assentamento. Claro está, porém, que uma idéia que se propõe a trazer melhores condições de vida para um conjunto de pessoas e a dividir imensidões de terras em poder de poucos - ideais de todos os movimentos de reforma agrária-, evidentemente não é uma idéia ruim. Contudo, na prática, esses objetivos ocorrem de uma forma bastante conflituosa e, por vezes, contraditória, não sendo raro ter como conseqüência a desilusão de muitos trabalhadores. Talvez seja chegado o momento de se repensar e reorganizar o atual modelo de 'Reforma Agrária' que está sendo colocado em prática no Brasil, no sentido de trazer melhorias efetivas na vida dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BAVA JR., Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990.
- BLOCH, Marc. A Observação Histórica. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa, Europa-América, 1965.
- BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 7-37.
- CANUTO, Antônio. Entre a euforia e a realidade. *Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002*. Comissão Pastoral da Terra Nacional, Brasil, Edições Loyola, 2003.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 6 ed., Trad. Lúcia Maurício de Alverga, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *História*. Coletânea. Carlos Guilherme Mota (Org.), São Paulo: Ática, 1978.
- FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In: DUBY, Georges. *História e Nova História*, Lisboa, Teorema, 1986.
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 21

– 102

MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Sono nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

PRADO JÚNIOR. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *O que é Questão Agrária?* São Paulo, Brasiliense, 1980.

¹ MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

² MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Sono nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002. p. 30.

³ MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: Questão de Terra ou de Gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

⁴ Idem. p. 5.

⁵ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5 ed., São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 15.

⁶ ZAVALA, Rodrigo. Livro explica como os anos 90 foram negativos para o trabalhador. FOLHA ONLINE. 21/02/02. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha. Acesso: 03/04/03.

⁷ BAVA JR. Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990. p. 40.

⁸ CANUTO, Antônio. Entre a euforia e a realidade. *Revista Conflitos no Campo: Brasil 2002*. Comissão Pastoral da Terra Nacional, Brasil, Edições Loyola, 2003.

⁹ Dezoito anos de registro revelam impunidade no campo. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2004.

¹⁰ Op cit.

¹¹ Conforme Chiavenato: “Configura-se como trabalhador escravo o camponês que é impedido de deixar a propriedade e obrigado a exercer, forçosamente, suas tarefas. Geralmente o trabalhador fica preso ao patrão ao contrair dívidas no armazém da fazenda, que cobra preços abusivos. Enquanto não saldar a dívida, fica impossibilitado de sair. Vigiado pelos ‘seguranças’, é caçado se tentar fugir e pode ser morto caso não volte pacificamente.” In: CHIAVENATO, Júlio José. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 11.

¹² SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 36.

¹³ *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

¹⁴ *Jornal Correio* – Ano 54, nº 17458, de 15/04/1997.

¹⁵ Conforme o INCRA, esta ação constitui a primeira medida legal que um proprietário de terra deve realizar logo que tem sua propriedade ocupada por manifestantes de trabalhadores sem terra. É o primeiro passo legal a ser dado para tentar conseguir sua propriedade de volta. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 15/12/03.

¹⁶ De acordo com o *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

¹⁷ Segundo o Estatuto da Terra, as áreas prioritárias de reforma agrária visam à exploração “dos limites permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona” e ainda à exploração do imóvel rural que “tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural”, e em ambos os casos, estes imóveis são configurados como *latifúndios* pelo Estatuto. Art. 46, § 1º, alínea b e Art. 4º, V, alínea b, respectivamente. *Estatuto da Terra*, Lei Federal de 30 de novembro de 1964. (Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira.) 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

¹⁸ Para saber se a propriedade é produtiva ou não o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) avalia o Grau de Utilização da Terra (GUT). “O GUT determina que 80% da propriedade esteja em plena produção para que não seja considerada improdutiva”. Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. *Jornal Correio* – Ano 54, nº 17458, p. 9, de 15/04/1997.

¹⁹ Idem. p. 9.

²⁰ Idem. Ibid. p.1.

²¹ O *Lauda de Vistoria* consiste na visita do INCRA à propriedade para a realização da análise do Grau de Utilização da Terra (GUT). É o primeiro ato formal tomado pelo órgão do Estado após uma ocupação de terra. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 20/01/2004.

²² Entrevista cedida à autora em janeiro de 2004.

²³ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *MANIFESTO 2002*. Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil. p. 1.

²⁴ Esses ideais puderam ser claramente observados no *Manifesto do Movimento de agosto de 2002*, no qual os líderes militantes afirmam: “Nossas trajetórias, mais que promoverem enfrentamentos de cunho exclusivamente reivindicatórios, pautadas sempre na perspectiva de superação da ordem capitalista, nos possibilitaram também, o acúmulo de importantes reflexões sobre a estratégia socialista dos trabalhadores, do qual não abrimos mão. Lutamos por um novo socialismo, com liberdade e democracia. Um socialismo só possível em escala internacional. Só possível a partir da organização e ação direta das massas. Sustentamos que outros movimentos, como o MTL, devem carregar nas suas lutas a estratégia da destruição do sistema do capital, tarefa não exclusiva dos partidos políticos”. *MANIFESTO 2002* – MTL.

²⁵ MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Siamo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002. p. 30.

²⁶ *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

²⁷ Idem.

²⁸ Entrevista cedida à autora em agosto de 2002.

²⁹ Entrevista cedida à autora em setembro de 2002.

³⁰ Conforme entrevistas realizadas.

³¹ Conforme Juariez de Souza, presidente do assentamento, o trabalhador somente recebe o título definitivo da terra após 10 anos morando nela, possuindo, a partir daí, o direito de vendê-la. Porém, o INCRA abre mão para as famílias que não conseguem, de nenhuma forma, sobreviver na terra adquirida, é quando ocorre a venda. De acordo com Juariez, 40 dos 186 lotes já foram vendidos na fazenda Rio das Pedras.

³² Entrevista cedida à autora em 23/08/2003.

³³ BAVA JR. Augusto Caccia. *Introdução à Sociologia do Trabalho*. São Paulo: Ática, 1990. p. 17.

³⁴ GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1991. p. 34.

³⁵ Entrevista cedida à autora em janeiro de 2004.

³⁶ *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

³⁷ Idem.

³⁸ Entrevista cedida à autora em 10/10/2003.

³⁹ Contrato out./1998. *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

⁴⁰ Contrato fev./2000. *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

⁴¹ Contrato out./1998. *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

⁴² Op cit.

⁴³ Entrevista cedida à autora em fevereiro de 2004.

⁴⁴ Contrato out./1998. *Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia*. (MTL).

⁴⁵ Entrevista cedida à autora em agosto de 2003.

⁴⁶ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. *MANIFESTO 2000*. p. 5.

⁴⁷ Idem. p. 5.

⁴⁸ SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária?*. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 14.

⁴⁹ MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Siamo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002. p. 238.